



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA N° 03/2019

**Segunda Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas realizada em 05.08.2019.**

Às catorze horas, do dia cinco de agosto de dois mil e dezenove, reuniu-se na sede da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), localizada no Setor de Autarquias Norte, Lote C, Torre A, Asa Norte, Brasília, DF, o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas - CONATETRAP, constituído por meio da Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019, para a realização da segunda reunião de trabalho. Presentes o presidente, Conselheiro Nacional do Ministério Público Sebastião Vieira Caixeta, o Conselheiro Nacional do Ministério Público e membro do comitê Leonardo Accioly da Silva; os membros auxiliares da Comissão de Planejamento Estratégico, Promotora de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul Ana Lara Camargo de Castro, e o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade, secretariando a reunião; a Procuradora Regional da República Adriana Scordamaglia Fernandes, representando a Procuradora da República Ana Carolina Alves Araújo Roman; a Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Alessandra Campos Morato; a Procuradora de Justiça do Estado de Goiás Ivana Farina Navarrete Pena; a Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da República Maria Elisa de Oliveira, representando a Procuradora da República Maria Clara Barros Noletto e o Procurador

A blue ink signature, appearing to be 'J', is written over the number '1' at the end of the text.

A blue ink signature, appearing to be 'A', is written in the bottom right corner of the page.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

do Trabalho Ulisses Dias de Carvalho. Verificada a presença da composição, o presidente deu início à reunião. Após cumprimentar os participantes, passou a palavra ao Conselheiro Leonardo Accioly, que agradeceu o convite. Em seguida o presidente iniciou a leitura da pauta, tendo passado a palavra Ana Lara de Castro, que discorreu sobre a capacitação para enfrentamento ao crime de tráfico de pessoas, prevista para os próximos dias 18 e 19 de setembro, no plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para a qual serão convidados representantes de todas as unidades e ramos. Promovido em parceria com o *International Center for Migration Policy Development (ICMPD)*, o curso foi adaptado para os membros do Ministério Público. Em seguida, a representante do ICMPD, Daya Hayakawa, que apresentou a organização internacional parceira à qual representa. Agradecendo à explanação, o presidente ressaltou a importância da capacitação na provocação das unidades estaduais a convergirem com o Ministério Público da União (MPU) nessa luta, no que foi seguido por Adriana Scordamaglia. Dando seguimento à pauta, Carlos Eduardo Andrade apresentou as peças gráficas da campanha de combate ao tráfico de pessoas, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério Público do Trabalho (MPT), o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) e o CNMP, que gerou relevante repercussão na mídia nacional. Ulisses Carvalho informou aos presentes sobre o projeto estratégico do MPT, o “Mapear”, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Agradecendo aos parceiros, o presidente elogiou as iniciativas de divulgação publicitária, incentivando a consecução de novas empreitadas da espécie. Adriana Scordamaglia acrescentou que fez reunião no Ministério Público Federal (MPF) com Ministério do Trabalho (MTb), Polícia Federal (PF), PRF e MPT, nos aeroportos de Viracopos e Guarulhos, a partir da qual definiu-se que as campanhas serão perenes. Seguiu esclarecendo que, como a legislação diminuiu os colegiados, MPF vai inserir organizações internacionais nas campanhas. Dante Viana, Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), pediu autorização para utilizar a folheteria em campanha junto às escolas no DF, no que foi prontamente autorizado pelos presentes. Em seguida, Carlos Eduardo Andrade destacou a assinatura de acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

A blue ink signature, appearing to be 'S. A.', is written over the page number '2'. The signature is stylized and somewhat abstract.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

e o MPT com vista à implementação e uso de observatório digital do trabalho escravo e trabalho descente, descrevendo em detalhes a ferramenta de monitoramento que atende aos indicadores do objetivo 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU). Vários dos presentes falaram de outras funcionalidades e manifestaram moções de apoio à ferramenta enaltecendo a importância de seu compartilhamento. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente passou a deliberação sobre o texto final do regimento interno do CONATETRAP, previamente distribuído entre os componentes do Comitê, já com as contribuições que foram apresentadas antes da presente reunião. O debate girou em torno, apenas, de dois artigos, que restaram com a seguinte redação: “Art. 8º As reuniões Comitê serão realizadas de forma presencial ou eletrônica com quórum mínimo de instalação de 5 (cinco) integrantes.” e “Art. 10º As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples de votos, salvo para alteração no regimento interno, que exige a maioria absoluta dos integrantes.” Como próximo item da pauta, foi colocado em debate o Plano de Trabalho, com 17 ações, para as quais, por sugestão de Ana Lara de Castro, foram determinados os respectivos desdobramentos, responsáveis e prazos, tendo restando da seguinte forma: **Ação 1:** “Definir a erradicação do trabalho escravo e o tráfico de pessoas como prioridades do Ministério Público brasileiro.”. Desdobramento: mapeamento da situação junto às unidades e ramos, com apresentação dos resultados em reunião ordinária. Responsável: Alessandra Morato. Prazo: novembro de 2019. Adriana Scordamaglia ofereceu as informações já mapeadas pelo MPF e a representante do MJSP pediu para incluir no mapeamento, além dos Núcleos de Enfrentamento, os Postos Avançados de atendimento humanizado ao imigrante, que atendem em rede nos estados e municípios. **Ação 2:** “Estabelecer estratégias de atuação operacional integrada em relação às ações preventivas dos órgãos do Ministério Público”. Responsável: Ulisses Dias Carvalho. Prazo: janeiro de 2020. **Ação 3:** “Manter contato e participar das atividades de outros órgãos e instituições envolvidas no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” Desdobramento: aos representantes dos parceiros presentes foi solicitado que convidem ao CONATETRAP para eventos que fizerem ou tomarem conhecimento. Será também expedido ofício do CONATETRAP aos demais atores, apresentando-se por meio da resolução que o criou. Responsável: Presidente do



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONATETRAP. Prazo: janeiro 2020 (assim que receber o rol de atores pelos MJSP e MMFDH). **Ação 4:** “Buscar recursos orçamentários no âmbito do CNMP, para o ano de 2020, para implementação das ações definidas neste plano”. Situação: ação cumprida. CNMP alocou recursos para 2019 e incluiu na proposta orçamentária para 2020. **Ação 5:** “Acompanhar as propostas de alterações legislativas referente às temáticas, subsidiando o CNMP na emissão de notas técnicas” Desdobramentos: Oficiar à Comissão de Acompanhamento Legislativo pedindo para acompanhar as mudanças nas leis correlatas ao tema do CONATETRAP. Responsável: Presidente do CONATETRAP. Prazo: Imediato. **Ação 6:** “Criar, manter e/ou compartilhar base de dados que reúna informações da atuação do MP no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas” Desdobramentos: a) apresentar um folder de como utilizar os observatórios, b) fazer levantamento junto aos estados para saber se já existe alguma iniciativa nesse sentido, incluindo no mapeamento, além dos Núcleos de Enfrentamento, os Postos Avançados de atendimento humanizado ao imigrante, que atendem em rede nos estados e municípios. Responsável: Ulisses Carvalho. Prazo: até janeiro de 2020. Parceiros: MJSP, MMFDH. **Ação 7:** “Auxiliar na troca de informações relevantes ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas entre as unidades e ramos do MP ou destas com outras instituições” Desdobramento: Aguardar levantamento que feito por Alessandra Morato (Ações 1 e 11). Responsável: Presidência do CNMP. Prazo: janeiro de 2020. **Ação 8:** “Definir e monitorar, anualmente, indicadores de execução de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas ligados ao MP.” Desdobramento: Fazer o levantamento de como estão os indicadores desses temas nos planejamentos estratégicos da unidades e ramos do MP. Incluir nesse levantamento os órgãos de polícia do MJSP. Responsável: Presidência do CONATETRAP Prazo: julho de 2020 (aguardar, entretanto, a apresentação dos resultados das Ações 1 e 11). **Ação 9:** “Proporcionar capacitação aos membros e servidores do MP no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” Desdobramento: Capacitação em parceria com o ICMPD. Responsável: Presidente do CONATETRAP. Prazo: setembro 2019. Situação: Considerado cumprido. **Ação 10:** “Realizar diagnósticos nas unidades e ramos do MP sobre a estrutura e atuação no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas”. Desdobramento: levantamentos previstos nas Ações 1 e 11.

4



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Responsável: Alessandra Morato. Prazo: janeiro de 2020. **Ação 11:** “Fomentar a criação de estruturas física e de pessoal nas unidades e ramos do MP, visando ao combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas”. Desdobramento: mapeamento junto às unidades e ramos, com apresentação dos resultados em reunião ordinária. MPF ofereceu suas informações já mapeadas. Responsável: Alessandra Morato. Prazo: novembro de 2019. **Ação 12:** “Fomentar a interiorização da presença e atuação dos membros e das unidades e ramos do MP.” Situação: Ação excluída por decisão unânime do CONATETRAP. **Ação 13:** “Acompanhar os processos e procedimentos que versam sobre a utilização de trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, que se encontram tramitando no MP”. Desdobramento: CONATETRAP ao longo de seus trabalhos, deverá instituir observatórios para casos emblemáticos. Já está operacional o Observatório de Causas Complexas patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo CNMP. Situação da Ação: Aguardar entrega da pesquisa do MMFDH, envolvendo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), CNJ, MPF e MPT (Mapeamento das Ações Penais e Trabalhistas em Curso na Justiça Federal e do Trabalho – C.I. 16020), que será feita pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com patrocínio do PNUD. A UFMG vai levantar todas as ações no país que tratam do trabalho escravo. Situação: encaminhar posteriormente. **Ação 14:** “Fomentar a temática do trabalho escravo e o tráfico de pessoas nos cursos de ingresso e formação dos membros do MP”. Desdobramento: Fazer contato com Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP). Responsável: Presidência do Comitê. Prazo: imediato. **Ação 15:** “Fomentar a aplicação de recursos em projetos de prevenção ao trabalho escravo o valor de multas e indenizações por danos morais resultantes das ações de fiscalização do trabalho escravo.” Situação: Ação excluída por decisão unânime do CONATETRAP. **Ação 16:** “Apoiar e/ou criar campanha nacional de conscientização, sensibilização para erradicação do trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” Desdobramento: Marcar no calendário permanente as datas que celebram: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro), Dia da Abolição da Escravatura (13 de maio) e Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (30 de junho). Responsável: Presidência do CONATETRAP. Parceiro MJSP. Prazo: imediato. **Ação 17:** “Desenvolver



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

propostas normativas, rotinas e estratégias administrativas, a serem submetidas ao Plenário do CNMP, com o fim de aprimorar a ação do MP no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas”. Situação: encaminhar posteriormente. Ao final, conclui-se com a aprovação, nos termos acima, do Regimento Interno e do Plano de Trabalho do CONATETRAP para 2019/2020. Outras deliberações: próxima reunião prevista para o dia 14 de outubro de 2019, e confirmado que a capacitação para enfrentamento ao crime de tráfico de pessoas deverá acontecer nos próximos dia 18 e 19 de setembro no Plenário do CNMP. Em seguida, foi aprovada a ata da reunião anterior, que aconteceu no dia 24 de junho de 2019. A sessão foi encerrada às dezesseis horas, com os agradecimentos do presidente pela presença e convite para fortalecimento das parcerias. Lavra-se a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do CONATETRAP e por este secretário.

A blue ink signature of Sebastião Vieira Caixeta, consisting of a large, sweeping loop followed by several smaller, connected strokes.

---

**Sebastião Vieira Caixeta**  
Presidente

A blue ink signature of Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade, featuring a large, stylized loop followed by a few more strokes.

---

**Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade**  
Secretário